

DUARTE RODRIGUES NUNES

# CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL DECLARATIVO

A AÇÃO DECLARATIVA COMUM

# ÍNDICE

•

Abreviaturas .....	5
--------------------	---

PARTE I  
QUESTÕES FUNDAMENTAIS

Capítulo I — Noções gerais .....	9
----------------------------------	---

1. Introdução .....	9
---------------------	---

2. Conceitos de Direito processual civil e de processo civil. Processo civil declarativo e processo civil executivo.....	13
--	----

3. As características do Direito processual civil.....	17
--	----

4. A estrutura do processo civil.....	20
---------------------------------------	----

4.1. O processo civil como sequência de atos.....	20
---	----

4.2. O ato processual.....	21
----------------------------	----

5. A função do processo civil .....	22
-------------------------------------	----

5.1. Espécies de ações. Os procedimentos cautelares e os incidentes da instância .....	22
--	----

5.2. Processo comum e processos especiais. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	33
--	----

5.3. A tutela cautelar: as providências cautelares .....	36
--	----

5.3.1. Características dos procedimentos cautelares.....	40
--	----

5.3.1.1. Instrumentalidade e provisoriedade .....	40
---	----

5.3.1.2. Urgência .....	41
-------------------------	----

5.3.2. O procedimento cautelar comum regulado no Código de Processo Civil .....	42
---	----

5.3.2.1. Pressupostos .....	42
-----------------------------	----

5.3.2.2. Tramitação processual.....	45
-------------------------------------	----

5.3.2.3. A inversão do contencioso .....	52
--	----

5.3.2.4. As garantias da eficácia da providência cautelar.....	58
--	----

5.3.2.5. A caducidade da providência cautelar .....	59
---	----

5.3.2.6. A responsabilidade do requerente.....	61
--	----

ÍNDICE

•

5.3.3. Os procedimentos cautelares especificados previstos no Código de Processo Civil.....	63
5.3.3.1. Restituição provisória da posse .....	64
5.3.3.2. Suspensão de deliberações sociais.....	65
5.3.3.3. Alimentos provisórios .....	66
5.3.3.4. Arbitramento de reparação provisória .....	68
5.3.3.5. Arresto .....	69
5.3.3.6. Embargo de obra nova.....	71
5.3.3.7. Arrolamento .....	73
5.4. Os incidentes da instância .....	75
5.5. Tutela jurídica e tutela jurisdicional. O processo civil como meio de tutela do Direito substantivo .....	76
5.6. A(s) finalidade(s) do processo civil. Decisão de mérito e absolvição da instância.....	77
5.7. A simulação do litígio .....	83
6. O objeto do processo civil.....	84
6.1. A pretensão .....	90
6.2. A pretensão e a causa de pedir.....	91
7. Os sujeitos do processo civil.....	92
7.1. Os sujeitos processuais .....	92
7.2. As partes .....	93
7.3. O Tribunal. Tribunais judiciais e Tribunais arbitrais.....	96
<b>Capítulo II — Princípios fundamentais do Direito processual civil.....</b>	<b>109</b>
1. A garantia do acesso aos tribunais.....	109
2. O princípio do dispositivo.....	111
3. O princípio do inquisitório ou da verdade material.....	121
4. O princípio do processo equitativo. Os seus corolários.....	122
4.1. O princípio do contraditório.....	124
4.2. O princípio da igualdade de armas .....	129
4.3. O direito à comparência pessoal.....	130
4.4. A licitude da prova.....	131
4.5. A independência e a imparcialidade do Juiz.....	132
4.6. O dever de fundamentação.....	133
5. O princípio da cooperação .....	134
6. O princípio da economia processual .....	137
7. O princípio da celeridade processual.....	139
8. O princípio da boa-fé processual .....	139
9. O princípio da preclusão .....	143
10. O princípio da aquisição processual.....	144
11. O princípio da estabilidade da instância .....	145
12. O princípio da gestão processual .....	145

•

13. O dever de urbanidade .....	148
14. O princípio da publicidade .....	149
15. O princípio da imediação .....	152
16. O princípio da oralidade .....	154
17. O princípio da concentração.....	155
18. O princípio da livre apreciação da prova .....	155

**Capítulo III — A Lei processual civil .....** 159

1. As fontes da Lei processual civil .....	159
1.1. A Constituição .....	159
1.2. As normas de Direito internacional e de Direito da União Europeia .....	159
1.3. O Código de Processo Civil e a legislação extravagante .....	160
1.4. A Doutrina e a Jurisprudência .....	161
2. A interpretação .....	162
3. A integração de lacunas.....	163
4. A aplicação da Lei processual civil no tempo .....	163

**Capítulo IV — A instância .....** 165

1. O início da instância .....	165
2. As modificações da instância .....	166
2.1. Modificações subjetivas .....	166
2.2. Modificações objetivas .....	168
2.3. A reconvenção.....	171
2.4. A apensação de processos.....	175
3. A suspensão da instância.....	176
4. A extinção da instância .....	179
4.1. Extinção da instância com fundamento na prolação de uma decisão final .....	180
4.2. Extinção da instância com fundamento na celebração de um compromisso arbitral .....	183
4.3. Extinção da instância com fundamento na deserção .....	183
4.4. Extinção da instância com fundamento em desistência, confissão ou transação .....	184
4.5. Extinção da instância com fundamento na impossibilidade ou na inutilidade da lide.....	189
5. A renovação da instância.....	190

**PARTE II  
PRESUPOSTOS PROCESSUAIS**

**Capítulo I — A competência do Tribunal .....** 193

1. Jurisdição e competência .....	193
-----------------------------------	-----

•

•

2. Modalidades de competência .....	194
3. A competência internacional. Os pactos privativos ou atributivos de jurisdição .....	195
4. A competência interna.....	201
4.1. A competência em razão da matéria ou material .....	202
4.2. A competência em razão do valor .....	206
4.3. A competência em razão da hierarquia ou hierárquica .....	207
4.4. A competência em razão do território ou territorial .....	209
5. A alteração da competência.....	219
6. A competência convencional: os pactos de competência.....	220
7. A extensão da competência.....	221
8. A incompetência .....	224
8.1. A incompetência absoluta .....	225
8.2. A incompetência relativa .....	229
9. Os conflitos de jurisdição e de competência .....	231
<b>Capítulo II — A personalidade judiciária.....</b>	<b>237</b>
1. Conceito e âmbito da personalidade judiciária .....	237
2. As consequências jurídicas da falta de personalidade judiciária.....	241
<b>Capítulo III — A capacidade judiciária .....</b>	<b>243</b>
1. Conceito e medida da capacidade judiciária .....	243
2. O suprimento da incapacidade judiciária.....	244
3. A representação do Estado, das pessoas coletivas e sociedades e das pessoas meramente judiciárias.....	249
4. As consequências jurídicas da falta de capacidade judiciária e da irregularidade de representação .....	250
<b>Capítulo IV — A legitimidade processual .....</b>	<b>253</b>
1. Conceito de legitimidade processual. Legitimidade processual vs. legitimidade substantiva .....	253
2. A legitimidade plural.....	257
2.1. O litisconsórcio .....	259
2.1.1. O litisconsórcio necessário.....	261
2.1.2. O litisconsórcio voluntário .....	264
2.2. A coligação .....	267
2.3. A pluralidade subjetiva subsidiária.....	270
3. As consequências jurídicas da ilegitimidade singular, da preterição do litisconsórcio, da coligação ilegal e da pluralidade subjetiva subsidiária ilegal...	271

•

<b>Capítulo V — O interesse em agir</b> .....	275
1. Conceito de interesse em agir. A justificação deste pressuposto processual.....	275
2. O alcance do interesse em agir consoante as várias espécies de ações ....	276
3. As consequências jurídicas da falta de interesse em agir .....	278
<b>Capítulo VI — O patrocínio judiciário</b> .....	281
1. Conceito. Patrocínio obrigatório e patrocínio facultativo. O mandato forense .....	281
2. A revogação e a renúncia do mandato forense .....	284
3. A falta de constituição de advogado e a falta, insuficiência e irregularidade do mandato.....	286
4. O patrocínio a título de gestão de negócios.....	288
 PARTE III	
<b>A TRAMITAÇÃO DA AÇÃO DECLARATIVA COMUM</b>	
<b>Capítulo I — Ação e processo. Formas de processo. Fases do processo comum</b>	293
1. Formas de processo .....	293
2. A alçada do tribunal.....	295
3. O valor da causa.....	296
4. Fases do processo comum .....	300
<b>Capítulo II — Fase dos articulados</b> .....	301
1. Generalidades .....	301
2. A petição inicial .....	305
2.1. A estrutura da petição inicial .....	306
2.2. A recusa da petição inicial pela secretaria .....	320
2.3. A distribuição .....	322
2.4. O despacho liminar .....	322
2.5. O registo da ação.....	324
2.6. O erro na forma do processo ou no meio processual .....	325
2.7. A ineptidão da petição inicial .....	326
3. A citação.....	331
3.1. Modalidades de citação.....	334
3.1.1. A citação por via eletrónica .....	334
3.1.2. A citação de pessoas singulares .....	335
3.1.2.1. A citação por via postal.....	336
3.1.2.2. A citação por agente de execução ou funcionário judicial. A citação com hora certa .....	339

•

ÍNDICE

•

3.1.2.3. A ausência do citando em parte certa .....	342
3.1.2.4. A citação edital .....	342
3.1.2.5. A citação promovida por mandatário judicial.....	344
3.1.2.6. A citação no Estrangeiro .....	345
3.1.2.7. Dilações .....	345
3.1.3. A citação de pessoas coletivas.....	346
3.2. Vícios da citação.....	347
3.2.1. A falta de citação .....	347
3.2.2. A nulidade da citação .....	349
3.2.3. A falsidade da citação.....	351
3.3. Efeitos da citação. Efeitos substantivos e efeitos processuais. Subsistência dos efeitos no caso de anulação da citação.....	351
4. O prazo para contestar.....	352
5. A revelia.....	355
6. A contestação. Contestação e contestação-reconvenção.....	360
6.1. Requisitos formais da contestação .....	361
6.2. Modalidades de defesa .....	368
6.3. O princípio da concentração da defesa ou da preclusão .....	376
6.4. A contestação das ações de simples apreciação negativa.....	377
6.5. A reconvenção.....	378
6.5.1. Requisitos formais da reconvenção.....	378
6.5.2. Requisitos substantivos da reconvenção .....	380
6.5.3. Requisitos processuais da reconvenção.....	381
6.5.4. A relação entre a decisão da ação e o pedido reconvencional.....	382
6.6. A notificação da contestação ao autor .....	383
7. A réplica.....	383
7.1. Conceito, finalidade e prazo .....	383
7.2. Requisitos formais da réplica.....	385
7.3. A não apresentação ou a apresentação intempestiva da réplica relativamente à matéria da reconvenção.....	389
7.4. Modalidades de defesa .....	390
8. A resposta às exceções deduzidas na contestação e/ou na réplica .....	390
9. Os articulados supervenientes .....	391
10. As notificações.....	394
10.1. As notificações ao Ministério Público .....	395
10.2. As notificações às partes que constituíram mandatário.....	395
10.3. As notificações entre os mandatários das partes.....	397
10.4. As notificações às partes que não constituíram mandatário.....	397

10.5. As notificações a intervenientes acidentais .....	398
10.6. A notificação judicial avulsa.....	399
<b>Capítulo III — Fase do saneamento e condensação .....</b>	<b>401</b>
1. Introdução .....	401
2. O despacho pré-saneador .....	403
3. A audiência prévia .....	410
4. O despacho saneador e o despacho saneador-sentença.....	415
5. O despacho determinativo da adequação formal, da simplificação ou da agilização processual.....	419
6. O despacho destinado a identificar o objeto do litígio e a enunciar os temas da prova .....	420
7. O despacho de admissão dos meios de prova e de designação da(s) data(s) para a realização da audiência final .....	422
8. As ações de valor não superior a metade da alçada da Relação.....	424
<b>Capítulo IV — Fase da instrução.....</b>	<b>425</b>
1. A instrução do processo .....	425
2. Prova direta <i>vs.</i> prova indireta, indiciária, por indícios ou por presunções	427
3. Provas pré-constituídas <i>vs.</i> provas constituendas.....	429
4. Provas pessoais <i>vs.</i> provas reais.....	430
5. O ónus da prova .....	430
6. Valor dos meios de prova .....	434
7. O dever de cooperação para a descoberta da verdade .....	437
8. A produção antecipada de prova.....	441
9. O valor extraprocessual das provas.....	442
10. O registo da prova .....	444
11. Direito probatório material e Direito probatório formal.....	445
12. Os meios de prova .....	446
12.1. Prova por apresentação de coisas.....	447
12.2. Prova documental.....	448
12.2.1. Documentos escritos.....	448
12.2.2. Reproduções mecânicas.....	454
12.2.3. Documentos em formato digital.....	455
12.2.4. Apresentação da prova documental.....	457
12.2.5. Legalização de documentos passados em país estrangeiro.....	461
12.2.6. Impugnação da genuinidade de documento .....	462
12.2.7. Arguição da falsidade de documento.....	463
12.3. Prova por presunções.....	465
12.4. Prova por confissão.....	469
12.4.1. Confissão judicial <i>vs.</i> confissão extrajudicial .....	470
12.4.2. A força probatória da confissão .....	471
12.4.3. A irretroatibilidade e a indivisibilidade da confissão .....	472

## ÍNDICE

12.4.4. Nulidade e anulabilidade da confissão .....	474
12.4.5. O depoimento de parte .....	475
12.5. Prova por declarações de parte.....	480
12.6. Prova pericial.....	481
12.6.1. A determinação da realização da perícia.....	482
12.6.2. Deveres dos peritos e obstáculos à sua nomeação .....	486
12.6.3. A realização da perícia .....	487
12.6.4. A segunda perícia .....	489
12.7. Prova por inspeção.....	490
12.8. Prova por verificação não judicial qualificada .....	491
12.9. Prova testemunhal.....	492
12.9.1. A recusa de prestação de depoimento .....	494
12.9.2. A produção da prova testemunhal.....	495
<b>Capítulo V — Fase da audiência final e da prolação da sentença .....</b>	<b>503</b>
1. A audiência final.....	503
2. A sentença .....	508
2.1. A estrutura da sentença .....	510
2.2. Vícios da sentença.....	520
2.3. Efeitos da sentença.....	526
2.3.1. O caso julgado.....	526
2.3.2. A exequibilidade.....	530
2.3.3. A hipoteca judicial.....	530
2.3.4. O registo .....	531
2.3.5. Os efeitos acessórios de Direito material.....	531
<b>Capítulo VI — Fase do recurso.....</b>	<b>533</b>
1. Conceito de recurso. O direito ao recurso .....	533
2. Os elementos constitutivos da instância de recurso.....	533
3. Classificação dos recursos .....	534
4. Os recursos ordinários .....	535
4.1. A recorribilidade da decisão .....	535
4.2. A legitimidade ad recursum.....	542
4.3. O prazo de interposição de recurso.....	544
4.4. A renúncia e a desistência do recurso.....	547
4.5. O recurso subordinado .....	548
4.6. A extensão do recurso aos compartes não recorrentes.....	550
4.7. Âmbito subjetivo e objetivo do recurso.....	551
4.8. A interposição do recurso.....	552
4.9. O despacho de admissão ou não admissão do recurso.....	555

## ÍNDICE

•

4.10. Reclamação contra a não admissão ou a retenção do recurso .....	556
4.11. O recurso de apelação.....	557
4.11.1. Apelações autónomas e apelações não autónomas.....	557
4.11.2. Os efeitos da interposição e o regime de subida do recurso.....	559
4.11.3. Julgamento do recurso .....	561
4.12. O recurso de revista.....	569
4.12.1. Decisões passíveis de recurso de revista.....	569
4.12.2. A revista excecional.....	571
4.12.3. Fundamentos da revista.....	573
4.12.4. Os efeitos da interposição e o regime de subida do recurso.....	574
4.12.5. Recurso per <i>saltum</i> para o Supremo Tribunal de Justiça.....	574
4.12.6. Julgamento do recurso.....	575
4.12.7. Julgamento ampliado da revista.....	576
5. Os recursos extraordinários .....	578
5.1. O recurso para uniformização de jurisprudência .....	578
5.2. O recurso de revisão.....	583
6. O recurso para o Tribunal Constitucional.....	592
<b>Bibliografia.....</b>	<b>597</b>
<b>Jurisprudência .....</b>	<b>601</b>
<b>Índice.....</b>	<b>611</b>

•



**GESTLEGAL**

[www.gestlegal.pt](http://www.gestlegal.pt) • [editora@gestlegal.pt](mailto:editora@gestlegal.pt)